

IV - colher a assinatura do coordenador nas atas de reunião e providenciar a publicação delas e de outros documentos, exceto quando contiverem informação total ou parcialmente sigilosa, hipótese em que se publicará certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo;

....." (NR)

"Art. 4º-A Cabe ao titular da UAE:

I - zelar pelo cumprimento das atribuições estabelecidas no parágrafo único do art. 4º desta Resolução;

II - manter atualizadas as informações do colegiado no sítio eletrônico do Tribunal, inclusive no que diz respeito ao conteúdo e à vigência dos atos normativos;

III - dar ciência ao coordenador sobre eventual inobservância da periodicidade de realização das reuniões ordinárias;

IV - reportar ao coordenador as ocorrências que possam dificultar, direta ou indiretamente, a realização de reuniões do colegiado e/ou a divulgação dos documentos por ele produzidos; e

V - reportar à Presidência as ocorrências a que faz referência o inciso IV deste artigo, em caso de omissão do coordenador.

Parágrafo único. As atribuições mencionadas nos incisos do caput deste artigo poderão ser delegadas pelo titular da UAE a servidor a ele subordinado." (NR)

"Art. 5º

§ 2º A primeira reunião ordinária ocorrerá em data definida pela UAE, observada a antecedência mínima de 5 (cinco) dias para a convocação.

.....

§ 6º Um integrante da Comissão, escolhido pelo coordenador, lavrará a ata contendo a síntese das discussões e deliberações e encaminhará o documento à SEGP, para colher a assinatura do coordenador e providenciar a publicação na forma dos §§ 1º e 2º do art. 6º desta Resolução. (NR)

"Art. 6º

§ 2º Cabe à UAE diligenciar para que o prazo informado no § 1º deste artigo seja atendido." (NR)

"Art. 8º Para instalar-se reunião, será exigido quorum de metade mais um dos membros da Comissão, presente o coordenador ou o vice-coordenador." (NR)

"Art. 12

§ 1º As atribuições definidas nos incisos I a IV do art. 5º da Resolução n. 195, de 3 de junho de 2014, do CNJ, serão exercidas pelo Subcomitê Orçamentário de Primeiro Grau.

....." (NR)

Art. 3º Republicue-se a Resolução GP n. 169, de 2021, para que sejam nela incorporadas as alterações determinadas no art. 2º desta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO ANTÔNIO MOHALLEM
Desembargador Presidente

RESOLUÇÃO GP N. 169, DE 27 DE JANEIRO DE 2021

RESOLUÇÃO GP N. 169, DE 27 DE JANEIRO DE 2021

(Republicada em cumprimento ao disposto no art. 3º da Resolução GP n. 235, de 20 de julho de 2022)

Institui a Comissão de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO os arts. 4º e 5º da Resolução n. 194, de 26 de maio de 2014, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determinam a constituição de colegiado, por parte dos tribunais, para gestão e implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição;

CONSIDERANDO a Resolução CNJ n. 195, de 3 de junho de 2014, que dispõe sobre a distribuição de orçamento nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus; e

CONSIDERANDO a Resolução GP n. 148, de 6 de agosto de 2020, que institui a Política de Governança dos Colegiados Temáticos do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região,

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DO OBJETO

Art. 1º Esta Resolução institui a Comissão de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Parágrafo único. A Comissão atuará continuamente no tratamento de iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento da qualidade, celeridade, eficiência, eficácia e efetividade dos serviços judiciários da primeira instância.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO

Art. 2º A Comissão de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição será composta pelos seguintes integrantes:

I - 1 (um) magistrado indicado pelo presidente do Tribunal;

II - 1 (um) magistrado escolhido pelo presidente do Tribunal, com base em lista de inscrição aberta aos interessados;

III - 2 (dois) juízes eleitos por votação direta entre seus pares, com base em lista de inscritos;

IV - 1 (um) servidor indicado pelo presidente do Tribunal;

V - 1 (um) servidor escolhido pelo presidente Tribunal, com base em lista de inscrição aberta aos interessados; e

VI - 2 (dois) servidores eleitos por votação direta entre seus pares, com base em lista de inscritos.

§ 1º Será indicado 1 (um) suplente para cada integrante da Comissão de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição.

§ 2º Ressalvado o disposto no § 2º do art. 12 desta Resolução, o coordenador e o vice-coordenador serão magistrados titulares da Comissão, não vinculados a órgão diretivo do Tribunal, eleitos pelos integrantes do próprio colegiado temático, em sua primeira reunião. (Redação dada pela Resolução GP n. 235, de 20 de julho de 2022)

§ 3º O resultado da eleição mencionada no § 2º deste artigo será registrado em ata.

§ 4º Nos afastamentos, suspeições ou impedimentos do coordenador, suas atribuições serão exercidas pelo vice-coordenador do colegiado.

§ 5º Na composição do colegiado será observada, sempre que possível, a paridade entre magistrados, de forma que o número de desembargadores não supere o de juízes.

§ 6º Os integrantes serão designados em portaria a ser publicada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT).

§ 7º As eleições ocorrerão antes do término dos mandatos vigentes, em tempo hábil a evitar a descontinuidade das atividades do colegiado.

§ 8º O mandato dos integrantes da Comissão terá duração de 2 (dois) anos, sendo possível uma recondução.

§ 9º Será indicado para participar das reuniões da Comissão, sem direito a voto, 1 (um) representante de cada uma das seguintes instituições:

I - Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 3ª Região (Amatra3); e

II - Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal em Minas Gerais (Sitraemg).

CAPÍTULO III DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 3º Cabe à Comissão:

I - fomentar, coordenar e implementar os programas, projetos e ações vinculados à Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição;

II - atuar na interlocução com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Rede de Priorização do Primeiro Grau e as instituições parceiras, compartilhando iniciativas, dificuldades, aprendizados e resultados;

III - interagir permanentemente com o presidente e com os representantes do Tribunal, na Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário;

IV - promover reuniões, encontros e eventos para desenvolvimento dos trabalhos; e

V - monitorar, avaliar e divulgar os resultados por ela alcançados.

Parágrafo único. Cabe ao coordenador da Comissão:

I - convocar ou fazer convocar reuniões ordinárias e extraordinárias;

II - enviar aos integrantes da Comissão, por meio eletrônico, as pautas das reuniões e outros documentos necessários, assim como providenciar a divulgação prévia das pautas no sítio do Tribunal na internet, para conhecimento dos interessados;

III - comparecer a todas as reuniões, pessoalmente ou representado pelo vice-coordenador; (Redação dada pela Resolução GP n. 235, de 20 de julho de 2022)

IV - estabelecer e fazer cumprir cronograma de atividades;

V - zelar pela eficiência do colegiado;

VI - mediar conflitos no âmbito do colegiado; (Redação dada pela Resolução GP n. 235, de 20 de julho de 2022)

VII - imprimir agilidade aos processos de deliberação; e (Redação dada pela Resolução GP n. 235, de 20 de julho de 2022)

VIII - assinar as atas de reunião. (Acrescido pela Resolução GP n. 235, de 20 de julho de 2022)

CAPÍTULO IV DA UNIDADE DE APOIO EXECUTIVO

(Redação dada pela Resolução GP n. 235, de 20 de julho de 2022)

Art. 4º A Secretaria-Geral da Presidência (SEGP) atuará como Unidade de Apoio Executivo (UAE) da Comissão e cuidará de aspectos relativos à organização, transparência e comunicação do colegiado. (Redação dada pela Resolução GP n. 235, de 20 de julho de 2022)

Parágrafo único. Cabe à UAE: (Redação dada pela Resolução GP n. 235, de 20 de julho de 2022)

I - receber, organizar e registrar em pauta os assuntos a serem debatidos nas reuniões;

II - convidar os membros para reuniões convocadas pelo coordenador ou por 1/3 (um terço) dos membros do colegiado; (Redação dada pela Resolução GP n. 235, de 20 de julho de 2022)

III - providenciar os recursos físicos e tecnológicos para as reuniões;

IV - colher a assinatura do coordenador nas atas de reunião e providenciar a publicação delas e de outros documentos, exceto quando contiverem informação total ou parcialmente sigilosa, hipótese em que se publicará certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo; (Redação dada pela Resolução GP n. 235, de 20 de julho de 2022)

V - monitorar o conteúdo e a vigência dos atos normativos referentes ao colegiado; e

VI - providenciar e fornecer informações a respeito do colegiado, quando requeridas por parte interessada.

Art. 4º-A Cabe ao titular da UAE: (Acrescido pela Resolução GP n. 235, de 20 de julho de 2022)

I - zelar pelo cumprimento das atribuições estabelecidas no parágrafo único do art. 4º desta Resolução; (Acrescido pela Resolução GP n. 235, de 20 de julho de 2022)

II - manter atualizadas as informações do colegiado no sítio eletrônico do Tribunal, inclusive no que diz respeito ao conteúdo e à vigência dos atos normativos; (Acrescido pela Resolução GP n. 235, de 20 de julho de 2022)

III - dar ciência ao coordenador sobre eventual inobservância da periodicidade de realização das reuniões ordinárias; (Acrescido pela Resolução GP n. 235, de 20 de julho de 2022)

IV - reportar ao coordenador as ocorrências que possam dificultar, direta ou indiretamente, a realização de reuniões do colegiado e/ou a divulgação dos documentos por ele produzidos; e (Acrescido pela Resolução GP n. 235, de 20 de julho de 2022)

V - reportar à Presidência as ocorrências a que faz referência o inciso IV deste artigo, em caso de omissão do coordenador. (Acrescido pela Resolução GP n. 235, de 20 de julho de 2022)

Parágrafo único. As atribuições mencionadas nos incisos do caput deste artigo poderão ser delegadas pelo titular da UAE a servidor a ele subordinado. (Acrescido pela Resolução GP n. 235, de 20 de julho de 2022)

CAPÍTULO V DAS REUNIÕES

Art. 5º A Comissão de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição se reunirá a cada 3 (três) meses, no mínimo, e, extraordinariamente, quando necessário, de forma presencial ou remota.

§ 1º O calendário de reuniões será publicado no sítio do Tribunal na internet e fixado na primeira reunião de cada ano, podendo ser alterado por deliberação da maioria dos integrantes da Comissão, hipótese em que será republicado.

§ 2º A primeira reunião ordinária ocorrerá em data definida pela UAE, observada a antecedência mínima de 5 (cinco) dias para a convocação. (Redação dada pela Resolução GP n. 235, de 20 de julho de 2022)

§ 3º Os integrantes da Comissão poderão propor ao coordenador os temas para discussão nas reuniões.

§ 4º As reuniões poderão ser convocadas pelo coordenador do colegiado ou pela SEGP, esta última quando instada pelo coordenador ou por 1/3 (um terço) dos membros do colegiado.

§ 5º A convocação se dará por via eletrônica aos integrantes da Comissão e por publicação no sítio do Tribunal na internet aos demais interessados, dispensada a antecedência mínima no caso de reunião extraordinária.

§ 6º Um integrante da Comissão, escolhido pelo coordenador, lavrará a ata contendo a síntese das discussões e deliberações e encaminhará o documento à SEGP, para colher a assinatura do coordenador e providenciar a publicação na forma dos §§ 1º e 2º do art. 6º desta Resolução. (Redação dada pela Resolução GP n. 235, de 20 de julho de 2022)

CAPÍTULO VI DAS PAUTAS E ATAS DE REUNIÃO

Art. 6º As atas conterão, no mínimo, as seguintes informações:

I - a data, o horário e o local da reunião;

II - o breve relato das manifestações ocorridas durante a reunião;

III - as deliberações tomadas;

IV - o responsável pelo cumprimento de cada deliberação; e

V - os nomes dos participantes.

§ 1º As atas serão publicadas no sítio do Tribunal na internet, até 10 (dez) dias úteis depois de realizada a reunião.

§ 2º Cabe à UAE diligenciar para que o prazo informado no § 1º deste artigo seja atendido. (Redação dada pela Resolução GP n. 235, de 20 de julho de 2022)

Art. 7º O direito de acesso a documentos, ou a informações neles contidas, utilizados como fundamento para tomada de decisão será assegurado apenas com a edição do respectivo ato decisório, quando, a critério do colegiado, o acesso prévio puder prejudicar a tomada da decisão ou seus efeitos.

CAPÍTULO VII

DO QUORUM DE REUNIÃO E DO QUORUM DE VOTAÇÃO

Art. 8º Para instalar-se reunião, será exigido quorum de metade mais um dos membros da Comissão, presente o coordenador ou o vice-coordenador. (Redação dada pela Resolução GP n. 235, de 20 de julho de 2022)

Art. 9º As deliberações da Comissão serão tomadas por maioria simples, considerado o número de membros presentes na reunião.

Parágrafo único. Como critério de desempate, considera-se qualificado o voto do coordenador.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 10. A Comissão de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição manterá diálogo com outros colegiados temáticos, com a Administração do Tribunal e com demais partes interessadas, nos termos do art. 22 da Resolução GP n. 148, de 6 de agosto de 2020.

Art. 11. A participação da Comissão na elaboração de propostas de atos normativos terminará com a apresentação do trabalho à autoridade competente para editar o ato.

Parágrafo único. As propostas poderão ser, no todo ou em parte, aceitas, alteradas ou não consideradas pela autoridade mencionada no caput deste artigo.

Art. 12. Extingue-se o Comitê Único Regional para Gestão e Implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e Orçamentário de Primeiro Grau.

§ 1º As atribuições definidas nos incisos I a IV do art. 5º da Resolução CNJ n. 195, de 3 de junho de 2014, serão exercidas pelo Subcomitê Orçamentário de Primeiro Grau. (Redação dada pela Resolução GP n. 235, de 20 de julho de 2022)

§ 2º O juiz que exercia a coordenação do Comitê Único Regional coordenará, até 16 de junho de 2022, a Comissão de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e o Subcomitê Orçamentário de Primeiro Grau.

Art. 13. Ficam revogadas:

I - a Portaria GP n. 530, de 24 de outubro de 2016;

II - a Portaria GP n. 99, de 22 de fevereiro de 2018;

III - a Resolução Administrativa SETPOE n. 36, de 22 de fevereiro de 2018;

IV - a Portaria GP n. 178, de 10 de junho de 2020;

V - a Portaria GP n. 193, de 8 de julho de 2020;

VI - a Portaria GP n. 305, de 28 de outubro de 2020; e

VII - a Resolução Administrativa SETPOE n. 50, de 4 de junho de 2020.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MURILO DE MORAIS
Desembargador Presidente

Diretoria Geral

Ato

Ato

Portaria Dispensa de FC No. 0415/22

Portaria No. 0415/22 de 15/07/2022

A Diretora de Gestão de Pessoas do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria DG n. 02/2022,

RESOLVE

Dispensar do exercício de função comissionada vinculada ao Núcleo do Foro de Itabira:
Sebastião Braz Teixeira (12980/1-RO) - FC-3, a partir de 13.07.22.

Belo Horizonte, 15 de julho de 2022.

Bianca Kelly Chaves Diretora de Gestão de Pessoas

PORTARIA DGP N. 382, DE 20 DE JULHO DE 2022.

PORTARIA DGP N. 382, DE 20 DE JULHO DE 2022.

A DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a competência delegada pelo art. 2º, inciso XXIV, da Portaria GP n. 3, de 2 de janeiro de 2022;

CONSIDERANDO a subdelegação consubstanciada no art. 2º, XI, da Portaria DG n. 2, de 3/1/2022;

CONSIDERANDO a Resolução n. 99, de 20 de abril de 2012, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que dispõe sobre a designação de servidor para desempenhar as atribuições de oficial de justiça na condição ad hoc no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus;
e

CONSIDERANDO a indicação do Excelentíssimo Juiz Diretor do Foro de Uberlândia no processo administrativo TRT/e-PAD/23461/2022,

RESOLVE:

Designar o servidor Igor Campos Guimarães para atuar como Oficial de Justiça ad hoc no foro trabalhista de Uberlândia, no período de 10/5/2022 a 9/5/2023, em razão do disposto no inciso VI do art. 2º da Resolução n. 99, de 20 de abril de 2012, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

BIANCA KELLY CHAVES

Diretora de Gestão de Pessoas

ÍNDICE

Presidência	1
Ato	1
Ato	1
Resolução	2
Resolução	2
Diretoria Geral	9
Ato	9
Ato	9